

Figueiredo exige ordem e repudia pressão sobre Colégio

Brasília — "Condeno o emprego maciço, flagrante e abusivo de recursos estatais na promoção de comícios que têm o propósito deliberado de coagir o Colégio Eleitoral, como no processo que culminou no recente comício de Goiânia." Este é um dos trechos mais incisivos do pronunciamento do Presidente João Figueiredo à nação, transmitido ontem, a partir das 20 horas, em cadeia nacional.

Preparado pelo Ministro Leitão de Abreu, em cima de idéias que lhe foram transmitidas pelo próprio Presidente, o discurso insiste na condenação aos comícios oposicionistas. "A presença acintosa, nessas reuniões políticas, de organizações clandestinas, defensoras de ideologias repudiadas pelo nosso sistema legal, constitui infração da ordem constitucional, que não podemos admitir", afirmou Figueiredo.

Ordem

O Presidente, no seu pronunciamento de 11 minutos, que reviu ontem pela manhã, juntamente com o Ministro Rubem

Ludwig, e gravou às 14h40min, citou uma vez o nome do candidato do PDS, Paulo Maluf. Disse que, a exemplo de como agiu para assegurar a posse dos eleitos em 1982, "garantirei o direito de voto no Colégio Eleitoral, livre de pressões e de constrangimentos ilegais". E pediu obediência ao "compromisso com a ordem pública".

Figueiredo, segundo um assessor qualificado, já tinha a idéia de fazer esse pronunciamento, após a troca de críticas entre o Ministro da Aeronáutica, Délia Jardim de Mattos, e o ex-Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, no dia 5 deste mês, em Salvador. A decisão de falar foi tomada, entretanto, na reunião de segunda-feira, no Palácio do Planalto, com os ministros militares.

Nesse encontro, o comício de Goiânia foi o ponto principal da decisão sobre o discurso. Terça-feira pela manhã, o porta-voz Carlos Atila recebeu do Presidente a orientação para que se preparasse para a gravação do pronunciamento.

Brasília — A. Dorgivan



Figueiredo deixou o Planalto com Badaró